

**IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**  
**CGFP - Coordenação Geral de Finanças Públicas**

## **ESTADO DO AMAZONAS**

- **Estrutura Administrativa**
- **Informações sobre o Planejamento**
- **Receitas e Despesas**

**GERALDO ANTONIO MONTENEGRO SAID**

**JUNHO/96**

**IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**  
**CGFP - Coordenação Geral de Finanças Públicas**

## **ESTADO DO AMAZONAS**

- **Estrutura Administrativa**
- **Informações sobre o Planejamento**
- **Receitas e Despesas**

**GERALDO ANTONIO MONTENEGRO SAID**

# **ESTADO DO AMAZONAS**

- Estrutura Administrativa**
- Informações sobre o Planejamento**
- Receitas e Despesas**

**Coordenação Geral de Finanças Públicas**

**Francisco das Chagas Pereira  
Coordenador**

**Técnico:**

**GERALDO ANTONIO MONTENEGRO SAID**

**JUNHO/96**



# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	
I - SUPORTE ORGANIZACIONAL.....	2
II - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO.....	5
II.1 - RECEITA.....	5
II.2 - DESPESA.....	6
II.3 - OBSERVAÇÕES GERAIS.....	6
III - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA.....	7
IV - CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA.....	7
V - ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO DO SETOR PÚBLICO.....	7
VI - INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO.....	9
VII - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS.....	10
VIII - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DE INVESTIMENTOS.....	10
IX - CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	11
X - PRODUTO INTERNO BRUTO.....	12
XI - RECEITA.....	16
<b>Anexo - Quadros 4 a 9</b>	
XII - DESPESA.....	22
<b>Anexo - Quadros 10 a 17</b>	

## APRESENTAÇÃO

O IPEA, dando prosseguimento a série de estudos e pesquisas de interesse do planejamento e com vistas a divulgação de informações e de avaliações técnicas relativas às finanças públicas estaduais e municipais, elaborou este segundo documento, que busca retratar a atual estrutura administrativa, a ação do setor público voltada para o planejamento e as receitas e os gastos públicos do Governo do Estado do Amazonas, no período de 1989/95.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das informações e dados fornecidos pelas Secretarias de Planejamento e da Fazenda daquele Estado e, complementarmente, foram adotados como critérios para a execução do estudo os abaixo relacionados:

(1) - as receitas e os gastos públicos do Estado, por solicitação do IPEA, foram informados em mil unidades monetárias da moeda corrente de cada ano; e,

(2) - o IPEA, corrigiu os valores que se encontravam em moeda corrente para R\$ milhões de dezembro de 1995, inflacionando-os por um fator que reflete a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas - FGV no período considerado. Em seguida, os resultados obtidos dos anos de 1989 a 1992 foram divididos por 2.750.000 e o do ano de 1993 por 2.750.

Dois outros aspectos devem ser considerados:

(1) - com relação ao ano de 1994, a SEFAZ - AM esclarece em nota de rodapé, que no Balanço Geral daquele ano os valores referentes ao período de janeiro a junho foram transformados incorretamente para o Real, pelo valor final da URV (CR\$ 2.750,00) e informa que na tabela encaminhada ao IPEA esses valores foram revistos, com a utilização das URVs médias mensais.

(2) - no caso de PESSOAL, estão incluídos todos os gastos realizados pela administração Direta e Indireta, desde que tenham sido utilizados para a cobertura dessas despesas fontes de recursos oriundas de transferências do Estado, ou seja, exclusive apenas aquelas efetuadas por conta de recursos próprios.

## **I. SUPORTE ORGANIZACIONAL**

A reestruturação organizacional básica do Poder Executivo do Estado do Amazonas, com a extinção, transformação e criação de Secretarias, Órgãos e Entidades vinculadas, ocorreu com o advento das Leis nº 2.330 e 2367, de 29.05.95 e 14.12.95, respectivamente.

A Lei nº 2330/95, ao conceber a estrutura administrativa do Governo do Estado do Amazonas, definiu duas categorias de órgãos e entidades:

- a) a Administração Direta, constituída pelos Gabinetes do Governador e Vice-Governador, Secretarias de Estado e Superintendências Estaduais;
- b) a Administração Indireta, integrada por entidades com personalidade jurídica própria como as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Os órgãos que compõem a administração direta são:

### **i) GABINETE DO GOVERNADOR**

- a) Casa Civil;
- b) Casa Militar;
- c) Procuradoria Geral do Estado;
- d) Secretaria de Comunicação Social;
- e) Secretaria de Projetos Especiais e Ações de Governo;
- f) Secretaria Particular;
- g) Secretaria de Apoio e Assuntos Internacionais;
- h) Auditoria Geral do Estado.

**ii) SECRETARIAS DE ESTADO:**

- a) da Justiça e Segurança Pública (SEJUSC);
- b) da Fazenda (SEFAZ);
- c) da Administração e Recursos Humanos (SEAD);
- d) do Planejamento (SEPLAN);
- e) da Indústria e Comércio (SIC);
- f) da Educação (SEDUC);
- g) do Trabalho e Ação Social (SETRAS);
- h) da Infra-Estrutura (SEINF)

**iii) SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS:**

- a) da Saúde (SUSAM);
- b) da Cultura (SUPEC)
- c) dos Esportes (SUPES);
- d) da Habitação (SUHAB)

**iv) GABINETE DO VICE-GOVERNADOR:**

- a) Secretaria do Gabinete;
- b) Secretaria Particular.

Atuam, ainda, no assessoramento direto ao Governador:

- a) Conselho de Governo (CONSEGOV);
- b) Conselho de Desenvolvimento do Estado (CODAM);
- c) Secretário Extraordinário.

As entidades que constituem a administração indireta são:



**i) AUTARQUIAS:**

- a) Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN);
- b) Imprensa Oficial (IO);
- c) Instituto Estadual de Proteção à Criança e ao Adolescente do Amazonas (IEBEM);
- d) Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas (IPEM - AM);
- e) Instituto de Tecnologia da Amazônia (UTAM);
- f) Instituto Fundiário do Amazonas (IFAM);
- g) Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM);
- h) Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas (IPASEA);
- i) Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM);
- j) Instituto de Dermatologia Tropical e Venereológica Alfredo de Malta (IDIVAM);
- l) Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA);
- m) Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI);
- n) Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM);
- o) Instituto de Diabetologia e Hipertensão Arterial do Amazonas (IDHAM).

**ii) FUNDAÇÕES:**

- a) Fundação Centro de Oncologia do Estado Amazonas (FCECON);
- b) Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa;
- c) Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Amazonas (FMEMOAM);
- d) Fundação Estadual de Recursos Humanos para a Saúde (FERHS).

### **iii) Empresa Pública:**

- a) Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR).

### **iv) Sociedades de Economia Mista:**

- a) Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA);
- b) Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CIAMA);
- c) Companhia Energética da Amazonas (CEAM);
- d) Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA);
- e) Processamento de Dados do Amazonas S.A. (PRODAM);
- f) Companhia de Gás do Estado do Amazonas (CIAGÁS).

A estrutura básica, portanto, está composta de 08 Secretarias, 08 órgãos subordinados diretamente ao Governador e 02 ao Vice-Governador, 04 Superintendências Estaduais, 14 Autarquias, 04 Fundações, 01 Empresa Pública e 06 Sociedades de Economia Mista, além de 03 Conselhos no assessoramento direto ao Governador.

## **II. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO**

O inciso IV do Art. 3º do Regimento Interno da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN, aprovado pelo Decreto nº 17.034, de 21.03.96, estabelece que a Coordenadoria de Orçamento é responsável por coordenar, elaborar, executar e acompanhar a nível estadual, as atividades inerentes ao orçamento do Estado, conforme diretrizes traçadas pelo Governo.

A Lei nº 2.342, de 19.07.95, estabeleceu as diretrizes orçamentárias e as disposições relativas à estimativa da receita e à fixação das despesas pelo Governo do Estado do Amazonas, para 1996, conforme alguns destaques indicados a seguir:

### **II.1 - RECEITA**

Com referência as receitas, o Art. 4º do citado diploma legal determinou que as mesmas fossem estimadas em moeda corrente do País, segundo os preços vigentes em junho de 1995, podendo o Poder Executivo corrigir por Decreto o Orçamento Fiscal com vistas à manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro, deflacionando ou inflacionando as dotações.

A estimativa da receita própria estadual foi elaborada pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, orientando-se segundo o Art. 5º da LDO/96, tendo como base:

- a) dados relativos à realização da receita nos 03 (três) últimos exercícios;
- b) o comportamento da arrecadação nos meses de janeiro a junho de 1995;
- c) a perspectiva de desempenho da economia e seus reflexos na arrecadação do Estado.

## **II.2 - DESPESA**

Os critérios de gastos no orçamento foram assim estabelecidos:

- a) a manutenção de atividades tem prioridade sobre as ações de expansão;
- b) os Projetos em execução, desde que revalidados pelo Governo do Estado a luz de suas prioridades, terão preferências sobre novos projetos ;
- c) não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes recursos; e,
- d) as despesas com Pessoal e Encargos Sociais terão prevalência absoluta sobre qualquer outro tipo de dispêndio.

## **II.3 - OBSERVAÇÕES GERAIS**

- a) Em consonância com o Inciso II, do Art. 1º, da Lei Complementar nº 82, de 27.03.95, o Estado fixou os gastos com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações e empresas públicas que recebem transferências de recursos financeiros do Estado, abaixo do mínimo exigido pela legislação;
- b) as receitas próprias de órgãos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista foram programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais decorrentes, contrapartida de financiamentos ou participações, serviços da dívida, despesas de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis;
- c) o Orçamento Fiscal do Estado não se integra com os orçamentos municipais e a sua execução é feita mensalmente, através do sistema de contabilidade integrado da Secretaria de Estado da Fazenda.

### **III - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

Atualmente a programação financeira de desembolso é feita pela Secretaria de Estado da Fazenda e as cotas de gastos para cada órgão são definidas mensalmente.

Os créditos adicionais são elaborados pela SEPLAN de acordo com as necessidades detectadas por cada órgão, tendo como cobertura para esses créditos, recursos de remanejamento interno de cada órgão ou de um órgão para outro, oriundos de convênios e recursos do excesso de arrecadação presumível das receitas próprias do Estado e de transferências da União.

### **IV - CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

O acompanhamento da dívida pública estadual é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, que adota o mesmo processo instituído pelo Banco Central do Brasil.

#### **PROCEDIMENTOS GERAIS**

- a) os órgãos tomadores de empréstimos da administração estadual se articulam diretamente com os agentes financeiros para a contratação dos empréstimos;
- b) o órgão do Estado responsável pelo pagamento do empréstimo e encargos é a SEFAZ;
- c) a SEFAZ se articula com os órgãos tomadores de empréstimos a fim de coletar dados sobre a dívida e informar ao BACEN;
- d) a articulação do setor da SEFAZ encarregado do acompanhamento da dívida pública junto ao Banco Central é feita diretamente com a Delegacia Regional.

### **V - ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO DO SETOR PÚBLICO**

Até o final da década de 80, o acompanhamento e a avaliação da ação do setor público estadual era feito através do Sistema Gerencial de Acompanhamento Físico-Financeiro (compatível ao Sistema GRAFF). Em linhas gerais, o planejamento era realizado ao nível setorial, baseado no Plano de Governo, sendo acompanhado e avaliado pelo órgão central - SEPLAN. Os eventuais desvios detectados eram comunicados ao órgão executor por intermédio de pareceres e sugestões técnicas.

Não se utilizava processamento eletrônico e eram avaliadas as áreas de Transporte, Educação e Saúde. Com base nesse acompanhamento eram produzidos os relatórios de Acompanhamento Físico-Financeiro de periodicidade trimestral e anual. Os principais produtos gerados eram:

- Subsídios de Análise de Desempenho;
- Sugestões de Medidas Corretivas

Para o acompanhamento e avaliação do setor público eram utilizados os seguintes indicadores:

- Indicadores de Acompanhamento
- Índice de Atingimento de Metas
- Índice de Suprimento Financeiro
- Índice de Retenção dos Supridores de Recursos
- Índice de Aplicação Financeira
- Índice de Retenção dos Executores
- Índice de Velocidade de Aplicação

Nos últimos anos, o acompanhamento e a avaliação deixaram de ser realizadas, em razão da pouca importância dada à ação do planejamento pelos governos anteriores.

Na administração atual, a preocupação com o planejamento novamente começa a ser demonstrada, conforme é possível constatar no inciso V, do Art. 3º do Regimento interno da SEPLAN aprovado pelo Decreto nº 17.034/96, que delega à Coordenadoria de Planejamento desse órgão a responsabilidade de coordenar, executar e acompanhar planos, programas, pesquisas e projetos de desenvolvimento.

## VI - INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

Com a extinção do Centro de Desenvolvimento, Pesquisas e Informações do Estado do Amazonas - CODEAMA, através da Lei nº 2.330/95, acabou-se, também, o Sistema Estadual de Informações Técnicas e Estatísticas do Estado. A partir daí, a SEPLAN, por intermédio da Coordenadoria de Planejamento, assumiu a responsabilidade pela produção e processamento das informações socio-econômicas de interesse do Governo do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes do Governo Federal, além de responder pelo levantamento de custos de obras governamentais.

Os principais relatórios e publicações que a SEPLAN continuará a emitir periodicamente são:

TÍTULO	FREQÜÊNCIA DAS EMISSÕES	A QUEM SE DESTINAM
Anuário Estatístico do Estado do Amazonas	Anual	As entidades públicas e privadas, além da população em geral
Indicadores Econômicos	Anual	idem
Indicadores Sociais	Anual	idem
Contas Regionais do Estado do Amazonas (PIB)	Anual	idem
Índice de Preços ao Consumidor	Mensal	idem
Índice de Custo da Construção Civil	Mensal	idem

A política de informática do Estado é de competência da SEFAZ, e a sua execução está a cargo da Processamento de Dados Amazonas S.A., sociedade de economia mista vinculada àquela Secretaria, que presta serviços aos órgãos da administração direta e indireta entre os quais destacam-se: elaboração de folhas de pagamento dos servidores, contas correntes bancárias, serviços de contabilidade, controle de estoques, sistema de mutuários, sistema de arrecadação dos tributos estaduais, em especial do ICMS, Balanço Geral do Estado, sistema de cheque-salário, controle de cargos, sistema de promoção de professores, inativos e pensionistas e outros.

Para o desempenho dessas tarefas a PRODAM dispõe de uma unidade central (CPD) e unidades de informática nos seguintes órgãos: Secretarias de Estado da Fazenda, Planejamento, Administração e Recursos Humanos, Justiça, Segurança e Cidadania e Educação, e na Superintendência Estadual de Saúde, Superintendência Estadual da Habitação, Companhia de Saneamento da Amazonas S.A., Departamento de Trânsito do Amazonas e Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas.

## **VII. ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS**

No corrente exercício a SEPLAN com recursos da SUFRAMA desenvolverá a seguinte programação de estudos e pesquisas:

**1. Pesquisa Sócio-Econômico da Cidade de Manaus**

Com um universo de 2.500 questionários esta pesquisa pretende obter informações referentes a renda, educação, saúde, saneamento, habitação, emprego, etc...

**2. Pesquisa de Orçamento Familiar**

O principal objetivo desta pesquisa é estabelecer a nova cesta básica da Cidade de Manaus.

**3. Contas Regionais do Estado do Amazonas(PIB) - 1994/1995.**

Dando seqüência ao primeiro estudo realizado, que abrangeu a série histórica de 1985 a 1993, a SEPLAN pretende no corrente exercício quantificar o Produto Interno Bruto do Estado nos anos de 1994/1995.

**4. Contas Regionais dos Estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.**

Através de convênio com a SUFRAMA, a SEPLAN assessorará esses Estados na elaboração do PIB.

## **VIII. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DE INVESTIMENTOS**

O Estado dispõe, para financiamento da programação de desenvolvimento econômico e social, dos seguintes Fundos vinculados a SEPLAN:

- Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico - FUNEDE;
  
- Fundo de Desenvolvimento do Interior - FDI;
  
- Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES; e
  
- Fundo Especial do Meio Ambiente e de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUMCITEC.

O FUNEDE possui 3 (três) tipos de operações:

- 1º) Financiamento para as micro e pequenas empresas industriais e agropecuárias;
- 2º) Financiamento para empreendimentos turísticos fora do Município de Manaus; e
- 3º) Apoio financeiro, de maneira complementar e sempre sob forma de contrapartida, a fundo perdido, a programas de formação e treinamento de mão-de-obra técnico-especializada e a programas e/ou projetos de estudos e pesquisas.

O FDI financia, a fundo perdido, projetos prioritários para os municípios do interior do Estado, nas áreas de desenvolvimento urbano e rural.

O FMPES compreende a concessão de financiamentos diferenciados aos estabelecimentos de micro e pequeno porte dos setores agrícola, agro-industrial, comercial e de prestação de serviços, e aplicação de recursos em investimentos estatais nos setores de infra-estrutura social para atender às demandas e necessidades da população de baixa renda.

O FUMCITEC compreende o financiamento de pesquisas, formação e capacitação de pessoal, instrumentação do sistema de Ciência e Tecnologia em prol do sistema de informação e estatística na pesquisa florestal, na restauração ambiental, no desenvolvimento das ciências do ambiente, no aperfeiçoamento tecnológico preventivo à população, financiamento a entidades públicas de fomento ao ensino superior e ao financiamento de pesquisas básicas e tecnológicas.

## **IX - CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

A SEPLAN, com base no regimento interno, pretende desenvolver as funções de coordenação de atividades referentes à elaboração de planos, programas e projetos, objetivando a negociação de recursos de financiamento ou de apoio financeiro junto à órgãos do Governo Federal e/ou agências de desenvolvimento nacional e internacional.



## **X - PRODUTO INTERNO BRUTO**

O Centro de Desenvolvimento, Pesquisas e Informação do Estado do Amazonas - CODEAMA com a assessoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a partir de séries históricas de estatísticas primárias abrangendo a maioria dos municípios amazonenses, além de todas as informações econômicas disponíveis, indispensáveis a sua interpretação, quantificou, em 1995, o Produto Interno Bruto daquele Estado correspondente ao período de 1985/1993.

O QUADRO I apresenta a evolução do PIB do Amazonas e as variações percentuais ocorridas a cada ano. Ao examinar a última coluna deste quadro, constata-se um crescimento do PIB no período compreendido entre 1985 e 1990. Nos anos seguintes, 1991 e 1992, verifica-se que ocorreram decréscimos da ordem de 5,81% e 28,28%. Em 1993, o PIB voltou a apresentar um crescimento de 20,80%, mas ainda não foi suficiente para superar os PIBs registrados em 1991 e 1990, respectivamente.

Os QUADROS 2 e 3 medem, durante o mesmo período, a evolução do PIB em valores absolutos e a participação relativa, segundo a classe de atividade.

Nesses quadros destacam-se as seguintes observações:

- a) os grupos de classe de atividade 1- AGROPECUÁRIA, AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA, 2- INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL e 7- TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES apresentaram, no período, uma redução bastante drástica de suas participações relativas no conjunto do Estado, enquanto que os grupos 4 - ENERGIA ELÉTRICA E ABASTECIMENTO D'ÁGUA, 10 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, e em especial, o 3 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO registraram declínios menos acentuados; e,
- b) os grupos 5- CONSTRUÇÃO, 8- ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS, SEGUROS, BENS IMÓVEIS E SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS E A PESSOAS e, notadamente, 6- COMÉRCIO, RESTAURANTES E HOTÉIS e o 9- SERVIÇOS COMUNITÁRIOS, SOCIAIS E PESSOAIS, demonstraram um substancial crescimento de suas importâncias relativas na composição do PIB estadual.

**QUADRO 1.****CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS  
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)  
SÉRIE: 1985/1993**

ANOS	VALOR DO PIB EM US\$ 1000	VARIÇÃO PERCENTUAL	
		EM RELAÇÃO AO ANO 1985	EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
1985	2,322.730.89	-	-
1986	2,894.801,31	24,63	24,63
1987	3,453.640.81	48,69	19,30
1988	4,445.523.89	91,39	28,72
1989	7,262.823.33	212,68	63,37
1990	9,142.648.10	293,62	25,88
1991	8,611.351.89	270,74	-5,81
1992	6,176.212.44	165,90	-28,28
1993	7,460.871.32	221,21	20,80

FONTE: CODEAMA - 1995.

## QUADRO 2

**CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS  
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) POR GRUPO, SEGUNDO A CLASSE DE ATIVIDADE  
SÉRIE: 1985/1993 - VALORES ABSOLUTOS**

GRUPO	VALORES EM US\$ 1,000								
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
1	272,200.67	240,758.06	259,695.41	387,567.45	454,233.22	498,721.24	242,074.02	249,586.17	186,985.87
2	187,325.87	187,177.42	185,343.37	201,711.48	136,427.56	193,848.45	184,252.62	156,132.37	177,327.19
3	1,279,066.50	1,625,159.09	2,081,174.49	2,585,844.14	3,629,791.52	4,440,219.99	3,163,172.69	2,493,205.77	3,853,906.73
4	119,913.62	120,123.90	164,273.21	197,280.00	209,989.40	321,354.10	281,178.86	288,201.25	228,201.25
5	34,083.96	65,742.67	108,823.98	132,146.24	245,625.44	221,757.73	211,426.10	238,774.79	297,274.84
6	199,035.37	342,406.89	370,329.85	466,885.56	1,937,342.76	2,715,084.27	3,900,372.86	2,156,108.54	1,852,860.61
7	69,717.96	81,692.08	79,749.23	105,514.77	136,233.22	125,075.63	110,825.73	89,279.57	113,225.66
8	25,135.45	29,940.62	36,632.91	52,557.22	73,365.89	79,506.52	65,637.07	78,322.69	117,723.80
9	10,883.81	9,958.94	18,837.24	45,347.84	141,409.89	119,796.42	154,460.80	213,882.14	330,682.08
10	125,367.68	191,841.64	148,781.12	270,673.19	298,413.43	427,283.75	297,950.44	212,719.15	302,474.05
<b>TOTAL</b>	<b>2,322,730.89</b>	<b>2,894,801.31</b>	<b>3,453,640.81</b>	<b>4,445,523.89</b>	<b>7,262,823.33</b>	<b>9,142,648.10</b>	<b>8,611,351.89</b>	<b>6,176,212.44</b>	<b>7,460,871.32</b>

FONTE: CODEAMA-1995.

### QUADRO 3

**CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS  
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) POR GRUPO, SEGUNDO A CLASSE DE ATIVIDADE  
SÉRIE: 1985/1993 - VALORES PERCENTUAIS**

GRUPOS	ANOS -%								
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
1 -AGROPECUÁRIA: AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	11,72	8,32	7,52	8,72	6,25	5,45	2,81	4,04	2,51
2 -INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	8,06	6,47	5,37	4,54	1,88	2,12	2,14	2,53	2,38
3 -INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	55,07	56,14	60,26	58,17	49,98	48,57	36,73	40,37	51,65
4 -ENERGIA ELÉTRICA E ABASTECIMENTO D'AGUA	5,16	4,15	4,76	4,44	2,89	3,51	3,27	4,67	3,06
5 -CONSTRUÇÃO	1,47	2,27	3,15	2,97	3,38	2,43	2,46	3,87	3,98
6 -COMÉRCIO, RESTAURANTES E HOTÉIS	8,57	11,83	10,72	10,50	26,67	29,70	45,29	34,91	24,83
7 -TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	3,00	2,82	2,31	2,37	1,88	1,37	1,29	1,44	1,52
8 -EST. FINANCEIROS, SEGUROS, BENS IMÓVEIS E SERVIÇOS PRESTADOS À EMPRESAS E À PESSOAS	1,08	1,03	1,06	1,18	1,01	0,87	0,76	1,27	1,58
9 -SERVIÇOS COMUNITÁRIOS, SOCIAIS E PESSOAIS	0,47	0,34	0,54	1,02	1,95	1,31	1,79	3,46	4,43
10-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	5,40	6,63	4,31	6,09	4,11	4,67	3,46	3,44	4,06

FONTE: CODEAMA -1995.

## **XI - RECEITA**

Os QUADROS 4 a 6, apresentam a estrutura, composição e evolução das receitas do Estado segundo as principais fontes de recursos.

Na análise desses quadros, pode-se observar ao longo do período analisado que, em média, as receitas próprias representaram 72,3% e as transferências federais 27,7% da receita total (QUADRO 5 - SITUAÇÃO II). As operações de créditos, em razão de suas características próprias de inconstância e grande oscilação da representatividade, foram excluídas dessa análise inicial.

No tocante às variações relativas dessas receitas, verifica-se, ao se comparar o ano de 1995 com o ano base, que as receitas próprias mantiveram-se constantes - decréscimo de apenas 0,3% - enquanto que as transferências federais sofreram uma redução de cerca de 35,6%, no mesmo período.

No que diz respeito aos elementos constituintes da receita própria, observa-se no QUADRO 7, que o componente de maior peso é o ICMS, com uma significação média relativa da ordem de 84,8%, ao passo que o somatório dos demais itens atingem, em média, apenas 15,2% do total desses recursos. Nota-se, ainda, que o ICMS apresentou um crescimento real de 17,5%, enquanto que as OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS tiveram uma acentuada redução, cerca de 65,8%, no período.

No caso das transferências federais, QUADROS 8 e 9, excluindo-se 1989 que foi um ano atípico, quando as transferências da União por conta de “convênios” atingiu a vultosa soma de R\$ 338,8 milhões, ou seja, 67,5% do total dos recursos transferidos, nos demais anos constata-se que o FPE tem representado a transferência federal de maior importância relativa, cerca de 67,7% em média. É importante registrar também, que apesar do crescimento real do FPE de 71,8% no período, portanto bem superior ao registrado no ICMS, ainda assim o volume desses recursos corresponde a apenas 23,6% deste último.

**QUADRO 4**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**ESTRUTURA DA RECEITA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FONTES**  
**PERÍODO: 1989/95**

(EM R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 1995)

ANOS	RECEITAS			TOTAL
	PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
1989	1.038,6	501,9	164,9	1.703,4
1990	879,3	367,4	29,7	1.378,4
1991	756,8	338,0	14,9	1.109,7
1992	711,2	256,7	4,2	972,1
1993	792,1	289,2	0,3	1.081,6
1994	990,3	378,1	-	1.368,4
1995	1.033,5	323,2	-	1.356,7

ELABORAÇÃO: CGFP/IPEA  
 FONTE: SEFAZ/AM - BALANÇOS GERAIS

**QUADRO 6**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMPOSIÇÃO DA RECEITA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FONTES E VALOR DAS**  
**TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA CADA R\$ 1.000,00 DE RECEITAS PRÓPRIAS**  
**PERÍODO: 1989/95**

(EM %)

ANOS	RECEITAS							REAIS TRANSFERIDOS PARA CADA R\$ 1.000,00 DE R.P. ARRECADADA
	SITUAÇÃO I				SITUAÇÃO II			
	PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TOTAL	PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	TOTAL	
1989	60,9	29,5	9,6	100,0	67,4	32,6	100,0	484
1990	71,1	26,7	2,2	100,0	72,7	27,3	100,0	375
1991	88,2	30,5	1,3	100,0	69,1	30,9	100,0	447
1992	73,2	26,4	0,4	100,0	73,5	26,5	100,0	381
1993	74,6	25,4	-	100,0	74,6	25,4	100,0	340
1994	72,4	27,6	-	100,0	72,4	27,6	100,0	382
1995	76,2	23,8	-	100,0	76,2	23,8	100,0	313

ELABORAÇÃO: CGFP/IPEA

**QUADRO 6**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**VARIAÇÃO RELATIVA DA RECEITA SEGUNDO SUAS PRINCIPAIS FONTES**  
**PERÍODO: 1989/95**

ANOS	RECEITAS PRÓPRIAS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		TOTAL	
	VALOR *	VARIAÇÃO (%)	VALOR *	VARIAÇÃO (%)	VALOR *	VARIAÇÃO (%)	VALOR *	VARIAÇÃO (%)
1989	1.036,6	-	501,9	-	164,9	-	1.703,4	-
1990	979,3	-5,5	367,4	-26,8	29,7	-82,0	1.376,4	-19,2
1991	756,8	-22,7	336,0	-8,0	14,9	-49,8	1.109,7	-19,4
1992	711,2	-6,0	256,7	-24,1	4,2	-71,8	972,1	-12,4
1993	792,1	11,4	269,2	4,9	0,3	-92,9	1.061,8	9,2
1994	990,3	25,0	378,1	40,4	-	-	1.368,4	28,9
1995	1.033,5	4,4	323,2	-14,5	-	-	1.356,7	-0,9

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

OBSERVAÇÃO: (\*) - VALORES EM R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 1995.

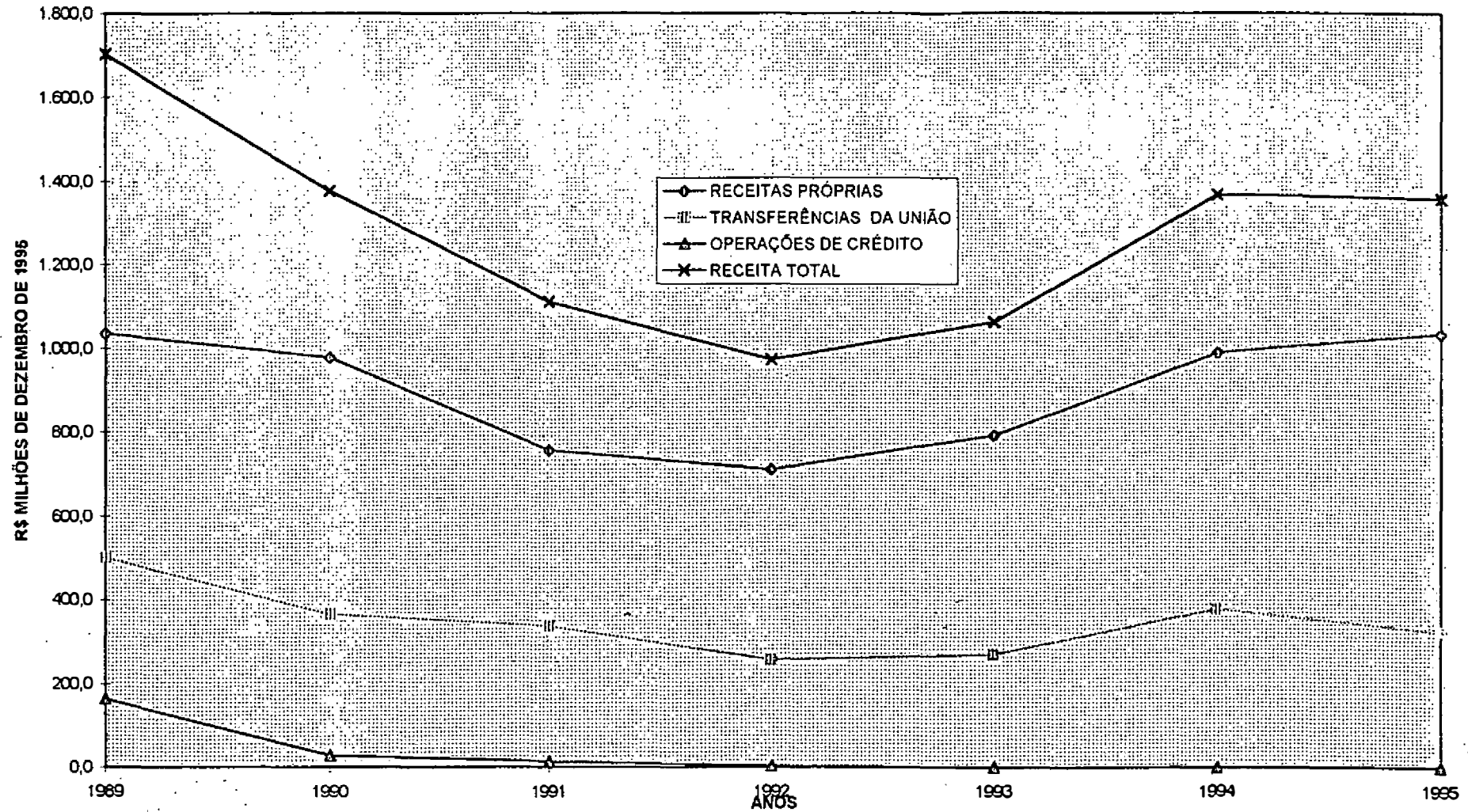
**QUADRO 7**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMPOSIÇÃO, EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA RECEITA PRÓPRIA SEGUNDO OS PRINCIPAIS ITENS**  
**PERÍODO: 1989/96**

ANOS	RECEITAS PRÓPRIAS								
	ICMS * (A)	VARIAÇÃO (%)	OUTRAS RECEITAS * (B)	VARIAÇÃO (%)	TOTAL * (C)	VARIAÇÃO (%)	(A/C) (D)	(B/C) (E)	(D+E) (F)
1989	815,3	-	221,3	-	1.033,6	-	78,7	21,3	100,0
1990	918,9	12,7	60,4	-72,7	979,3	-5,5	93,8	6,2	100,0
1991	722,5	-21,4	34,3	-43,2	756,8	-22,7	95,5	4,5	100,0
1992	513,3	-29,0	197,9	477,0	711,2	-6,0	72,2	27,8	100,0
1993	553,6	7,9	238,5	20,5	792,1	11,4	69,9	30,1	100,0
1994	895,9	61,8	94,4	-60,4	990,3	25,0	90,5	9,5	100,0
1995	957,8	8,9	75,7	-19,8	1.033,5	4,4	92,7	7,3	100,0

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

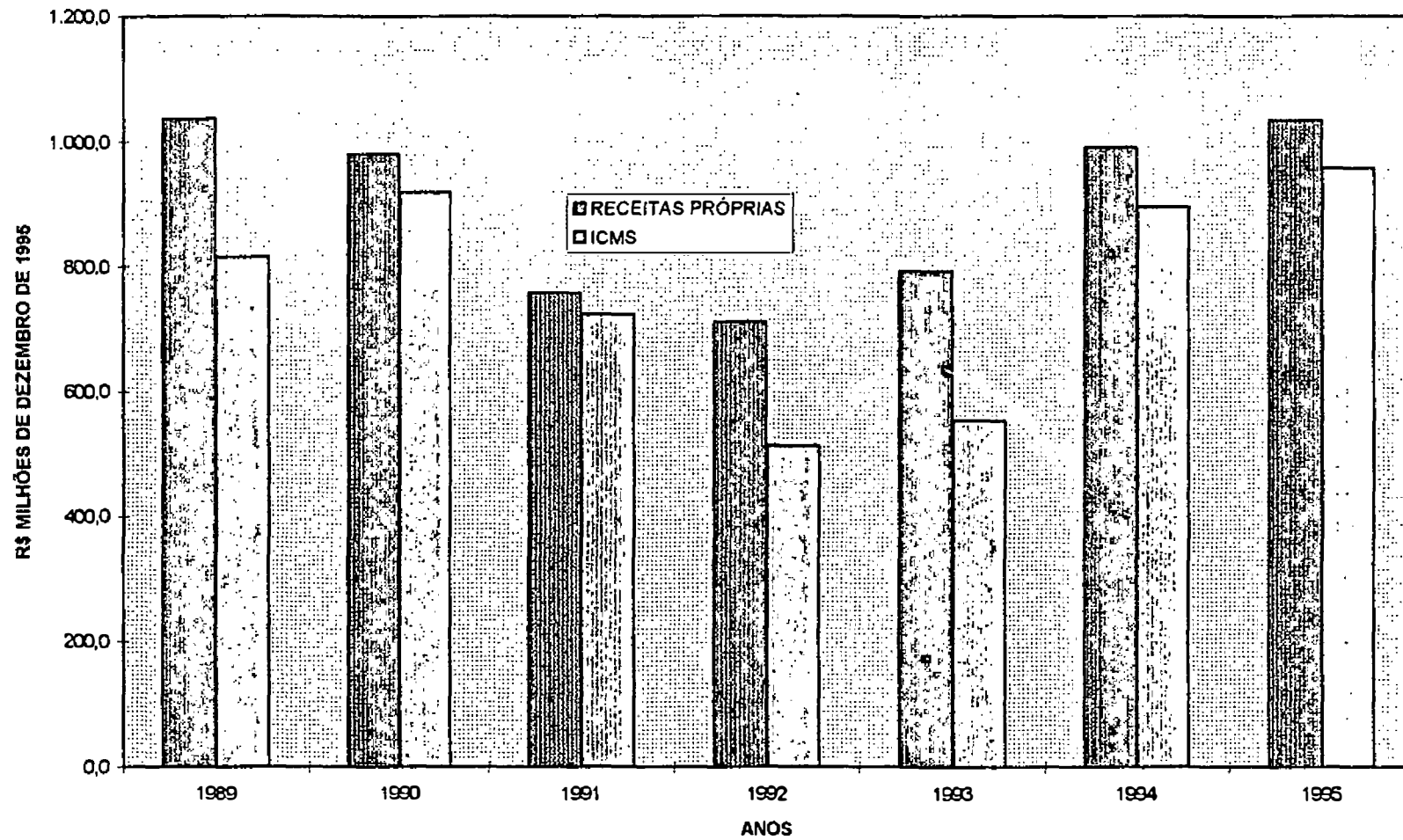
OBSERVAÇÃO: (\*) - VALORES EM R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 1995.

**GRÁFICO 1**  
**RECEITA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS**  
**PERÍODO: 1989/95**





**GRÁFICO 2**  
**RELAÇÃO DO ICMS COM A RECEITA PRÓPRIA**  
**PERÍODO: 1989/95**



**QUADRO 8**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - VALORES EFETIVAMENTE TRANSFERIDOS**  
**PERÍODO: 1989/95**

(EM R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 1995)

ANOS	F P E	IR - FONTE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS P/ EXEC. CONVÊNIOS	OUTROS	TOTAL
1989	131,5	13,7	10,0	338,8	7,9	501,9
1990	212,9	45,7	16,9	84,5	7,4	367,4
1991	180,7	28,4	10,2	102,5	16,2	338,0
1992	180,7	-	6,9	51,1	18,0	256,7
1993	200,6	-	5,1	40,6	22,9	269,2
1994	234,7	-	9,3	98,5	35,6	378,1
1995	225,9	-	8,2	55,0	34,1	323,2

ELABORAÇÃO: CGFP/IPEA  
 FONTE: SEFAZ/AM - BALANÇOS GERAIS

**QUADRO 9**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PARTICIPAÇÃO RELATIVA**  
**PERÍODO: 1989/95**

(EM %)

ANOS	F P E	IR - FONTE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS P/ EXEC. CONVÊNIOS	OUTROS	TOTAL
1989	28,2	2,7	2,0	67,5	1,6	100,0
1990	57,9	12,5	4,6	23,0	2,0	100,0
1991	53,5	8,4	3,0	30,3	4,8	100,0
1992	70,4	-	2,7	19,9	7,0	100,0
1993	74,5	-	1,9	15,1	8,5	100,0
1994	62,1	-	2,5	26,0	9,4	100,0
1995	69,9	-	2,5	17,0	10,6	100,0

ELABORAÇÃO: CGFP/IPEA

## **XII - DESPESA**

Os QUADROS 10 e 11 apresentam a composição e a evolução das despesas do Estado segundo os principais itens; e, os QUADROS 12 a 15 demonstram os resultados das comparações entre alguns gastos com as receitas total, líquida, própria e a arrecadação do ICMS.

Nesses quadros, ao se comparar os dados de 1995 com o ano base e as demais relações subsequentes, verifica-se:

a) os gastos com pessoal, apesar das oscilações ocorridas no decorrer do período, não ultrapassaram 1/3 da receita líquida e 50,0% da receita própria. No que concerne à arrecadação do ICMS, esses gastos permaneceram em torno de 45,3% desse imposto;

b) os demais gastos com o custeio mantiveram-se abaixo dos 16,0% das receitas total/líquida e dos 22,0% da receita própria, além de não superarem os 26,0% da arrecadação do ICMS;

c) os investimentos apresentaram nesse período uma significativa redução, notadamente quando se compara os demais anos com o de 1995, ocasião em que estes gastos chegaram a representar aproximadamente 50,0% da receita própria e 61,0% do ICMS. No entanto, apesar dessa redução, o Estado conseguiu manter um nível de investimento relativamente satisfatório.

Nos QUADROS 16 e 17 são apresentadas as despesas do Estado com as amortizações e juros das dívidas interna e externa e a relação desses gastos com a receita líquida.

**QUADRO 10**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ITENS**  
**PERÍODO: 1989/95**

(EM R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 1995)

ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - DESPESA TOTAL	1.604,6	1.419,9	1.358,1	842,0	1.052,9	1.460,0	1.488,0
2 - DESPESA DE CUSTEIO	547,5	604,8	497,7	360,7	416,2	573,1	537,5
2.1 - PESSOAL	339,3	431,9	358,3	247,4	306,5	380,8	338,7
2.2 - ENCARGOS SOCIAIS	2,4	2,3	1,7	1,0	0,9	1,4	2,9
2.3 - OUTRAS DESP. DE CUSTEIO	205,8	170,4	137,7	112,3	108,8	211,1	196,0
3 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	351,9	482,3	378,8	284,2	307,1	478,4	553,4
3.1 - TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	72,4	70,1	64,2	41,0	42,8	67,3	69,8
3.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	192,8	245,2	191,7	137,3	149,5	238,4	270,4
3.3 - TRANSF. A PESSOAS	64,5	104,9	91,4	62,8	62,0	103,9	113,4
3.4 - ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	12,4	24,7	4,6	23,6	13,3	47,7	81,3
3.5 - ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	5,7	10,0	18,2	13,0	12,0	12,0	8,7
3.6 - DEMAIS TRANSFERÊNCIAS	4,1	7,4	8,5	8,7	7,7	9,1	10,0
4 - INVESTIMENTOS	490,7	255,7	144,8	92,9	153,0	199,6	222,4
4.1 - OBRAS E INSTALAÇÕES	400,4	233,2	125,6	84,9	146,0	177,4	201,0
4.2 - DEMAIS INVESTIMENTOS	90,3	22,5	19,0	8,0	7,0	22,2	21,4
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	0,4	6,7	246,9	5,2	53,6	72,9	53,8
6 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	214,1	90,6	90,1	99,0	123,0	136,0	120,9

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA  
 FONTE: SEFAZ - AMBALANÇOS GERAIS

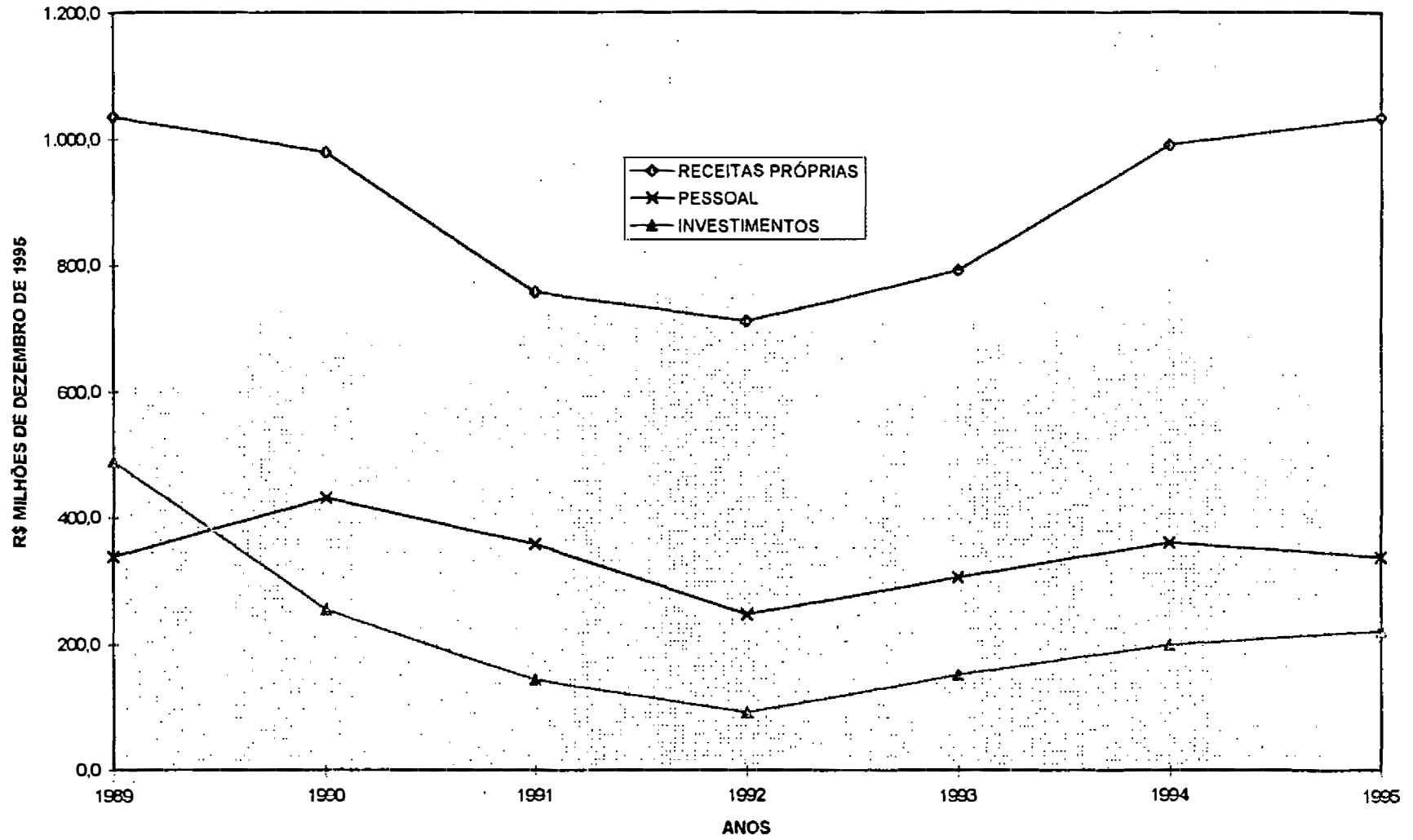
**QUADRO 11**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ITENS**  
**PERÍODO: 1989/95**

(EM %)

ESPECIFICAÇÃO	EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR						EM RELAÇÃO AO ANO DE 1989				
	1990/1989	1991/1990	1992/1991	1993/1992	1994/1993	1995/1994	1991/1989	1992/1989	1993/1989	1994/1989	1995/1989
1 - DESPESA TOTAL	-11,5	-4,4	-38,0	25,0	38,7	1,9	-15,4	-47,5	-34,4	-9,0	-7,3
2 - DESPESA DE CUSTEIO	10,4	-17,7	-27,5	15,4	37,7	-6,2	-9,1	-34,1	-24,0	4,7	-1,6
2.1 - PESSOAL	27,3	-17,0	-31,0	23,9	17,6	-6,1	5,6	-27,1	-9,7	6,3	-0,2
2.2 - ENCARGOS SOCIAIS	-4,2	-26,1	-41,2	-10,0	55,6	107,1	-29,2	-58,3	-62,5	-41,7	20,8
2.3 - OUTRAS DESP. DE CUSTEIO	-17,2	-19,2	-18,4	-3,1	94,0	-7,2	-33,1	-45,4	-47,1	2,6	-4,8
3 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31,4	-18,1	-24,9	8,0	55,8	15,7	7,6	-19,2	-12,7	35,9	57,3
3.1 - TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	-3,2	-8,4	-36,1	3,9	58,0	3,4	-11,3	-43,4	-41,2	-7,0	-3,9
3.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	27,2	-21,8	-28,4	8,9	59,5	13,4	-0,6	-28,8	-22,5	23,6	40,2
3.3 - TRANSF. A PESSOAS	62,6	-12,9	-31,5	31,0	26,7	9,1	41,7	-3,0	27,1	81,1	75,8
4 - INVESTIMENTOS	-47,9	-43,4	-35,8	64,7	30,5	11,4	-70,5	-81,1	-68,8	-59,3	-54,7
6 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-57,7	-0,6	9,9	24,2	10,6	-11,1	-57,9	-53,8	-42,6	-36,5	-43,5

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

**GRÁFICO 3**  
**RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS COM A RECEITA PRÓPRIA**  
**PERÍODO: 1989/95**



**QUADRO 12**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS COM A RECEITA TOTAL**  
**PERÍODO: 1989/95**

ITENS	ANOS						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - CUSTEIO	32,1	43,9	44,8	37,1	39,2	41,9	39,6
1.1 - PESSOAL	19,9	31,4	32,3	25,4	28,9	26,4	25,0
1.2 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	12,1	12,4	12,4	11,6	10,2	15,4	14,4
2 - INVESTIMENTOS	28,8	18,6	13,0	9,6	14,4	14,6	16,4

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

**QUADRO 13**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS COM A RECEITA LÍQUIDA\***  
**PERÍODO: 1989/95**

ITENS	ANOS						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - CUSTEIO	35,6	44,9	45,5	37,3	39,2	41,9	39,6
1.1 - PESSOAL	22,0	32,1	32,7	25,6	28,9	26,4	25,0
1.2 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	13,4	12,8	12,6	11,6	10,2	15,4	14,4
2 - INVESTIMENTOS	31,9	19,0	13,2	9,6	14,4	14,6	16,4

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

(\*) - RECEITA LÍQUIDA = RECEITA TOTAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**QUADRO 14**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS COM A RECEITA PRÓPRIA**  
**PERÍODO: 1989/95**

ITENS	ANOS						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - CUSTEIO	52,8	61,7	65,8	50,7	52,5	57,9	52,0
1.1 - PESSOAL	32,7	44,1	47,3	34,8	38,7	36,4	32,8
1.2 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	19,8	17,4	18,2	15,8	13,7	21,3	19,0
2 - INVESTIMENTOS	47,3	26,1	19,1	13,1	19,3	20,2	21,5

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

**QUADRO 16**  
**ESTADO DO AMAZONAS**  
**RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS COM O ICMS**  
**PERÍODO: 1989/95**

ITENS	ANOS						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - CUSTEIO	67,2	65,8	68,9	70,3	75,2	64,0	56,1
1.1 - PESSOAL	41,6	47,0	49,6	48,2	55,4	40,2	35,4
1.2 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	25,2	18,5	19,0	21,9	19,7	23,6	20,5
2 - INVESTIMENTOS	60,2	27,8	20,0	18,1	27,6	22,3	23,2

ELABORAÇÃO: CGFP/PEA

QUADRO 16  
ESTADO DO AMAZONAS  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
PERÍODO: 1989/96

(EM R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 1995)

ITENS	ANOS						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - DÍVIDA INTERNA	23,9	34,9	10,6	52,6	35,5	78,6	79,5
1.1 - AMORTIZAÇÃO	11,5	10,2	6,0	29,0	22,2	30,9	5,4
1.2 - JUROS	12,4	24,7	4,6	23,6	13,3	47,7	74,1
2 - DÍVIDA EXTERNA	8,3	10,2	21,8	13,1	12,4	14,3	9,6
2.1 - AMORTIZAÇÃO	2,6	0,2	3,6	0,1	0,4	2,3	0,9
2.2 - JUROS	5,7	10,0	18,2	13,0	12,0	12,0	8,7

ELABORAÇÃO: CGFP/IPEA  
FONTE: SEFAZ -AM/BALANÇOS GERAIS

QUADRO 17  
ESTADO DO AMAZONAS  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
PERÍODO: 1989/96

(EM %)

ITENS	ANOS						
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1 - DÍVIDA INTERNA	1,5	2,6	0,9	5,4	3,3	5,7	5,9
1.1 - AMORTIZAÇÃO	0,7	0,8	0,5	3,0	2,1	2,2	0,4
1.2 - JUROS	0,8	1,8	0,4	2,4	1,2	3,5	5,5
2 - DÍVIDA EXTERNA	0,6	0,7	1,9	1,3	1,1	1,1	0,6
2.1 - AMORTIZAÇÃO	0,2	-	0,2	-	-	0,2	-
2.2 - JUROS	0,4	0,7	1,7	1,3	1,1	0,9	0,6

ELABORAÇÃO: CGFP/IPEA

